

# Minorias, População de Rua e Jornalismo: um Estudo com Profissionais da Cidade do Rio de Janeiro

Minorities, Homelessness and Journalism: a Study with Professionals of the City of Rio de Janeiro

## RESUMO

Este artigo é parte de um capítulo da tese de doutorado “Elas e nós: o jornalismo e as mulheres adultas em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes (ECA), na Universidade de São Paulo. Levando-se em conta que a população de rua é vista como um problema de saúde pública no Brasil, buscou-se compreender o que pensam os profissionais das áreas do Direito e da Psicologia sobre as notícias a respeito desse grupo minoritário. Pretendeu-se, também, mostrar o que poderia ser melhorado na cobertura desses temas, por meio do olhar dos entrevistados. Como procedimentos metodológicos, foram realizadas entrevistas semi-abertas com psicólogos e profissionais da área de Direito que têm contato direto com as pessoas em situação de rua do município do Rio de Janeiro. Ademais, foram utilizadas notícias dos jornais *online Extra* e *O Globo* como forma de análise do ponto de vista jornalístico. Os resultados apontam algumas ideias de como se poderia fazer um melhor trabalho jornalístico para o fortalecimento da cidadania dessa minoria populacional.

**Palavras-chave:** População de Rua. Notícias. Minorias. Direito. Psicologia.

## ABSTRACT

This article is part of a chapter of the doctoral thesis "We and they: journalism and adult homeless women's of city of Rio de Janeiro", developed in the post graduation Program of Escola de Comunicações e Artes (ECA), in the Universidade de São Paulo. Homeless population is seen as a public health problem in Brazil. Thinking about that, the text aims to understand what the lawyers and the psychologists think about the news of this minority group. It was intended also to show what could be improved in the coverage of these news through the eyes of the professionals. As methodological procedures, there were made semi-open interviews with psychologists and

SUZANA ROZENDO  
BORTOLI

Universidade de São Paulo.  
Escola de Comunicações e  
Artes, São Paulo, Brasil

lawyers that work directly with homelessness of the city of Rio de Janeiro. In addition, news of the newspapers *Extra* and *O Globo* were used to analyze the journalistic point of view. The results show some ideas of how journalists could do a better work to strengthen the citizenship of this minority population.

**Keywords:** Homeless People. News. Minorities. Law. Psychology.

## INTRODUÇÃO

**O percentual das pessoas que vivem nas ruas cresce a cada ano. Em São Paulo, por exemplo, o *Censo da População de Rua da Cidade*, realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), no início de 2015 [9], mostrou que a população em situação de rua<sup>1</sup> passou de 14.478 pessoas para 15.905 em um período de quatro anos. Isso significa um aumento de 10%, ou seja, mais que o crescimento do restante da população do município, que foi de 3%. Na cidade do Rio de Janeiro, o último *Censo População de Rua*, realizado em 2013, indicou 5.580 vivendo em espaços públicos.**

Historicamente, a ocupação do espaço público como forma de moradia data do período grego [21]. Na Idade Média, esse público recebe a denominação de “mendigos” ou “vagabundos”, passa a viver em volta dos feudos e a buscar ajuda da Igreja [7].

No Brasil, a população de rua passou a ser reconhecida como um problema de Saúde Pública com a chegada da Coroa Portuguesa no século XIX. Políticas de higienização dos espaços urbanos iriam estratificar esse público, inserindo-a em instituições especializadas, como orfanatos, hospícios, asilos de velhos e prisões [5].

Os motivos pelos quais as pessoas passam a viver em espaços públicos são diversos e incluem drogadição, alcoolismo, adoecimento, dívidas, desastres ambientais, incêndios residenciais, perda de emprego, brigas familiares, custo alto de aluguel, dentre outros.

Pensando na população de rua como um objeto complexo, buscou-se, neste trabalho<sup>2</sup>, compreender o que pensam os profissionais das áreas da Psicologia e do Direito, que lidam diretamente com mulheres e homens adultos em situação de rua, a respeito das notícias que falam sobre essa clientela. Tem-se como objetivo secundário mostrar o que poderia ser melhorado na cobertura de temas que envolvem esses personagens, por meio do olhar dos entrevistados.

---

1 Importante ressaltar que conceituamos aqui *pessoas em situação de rua* como aquelas despossuídas de um imóvel próprio, alugado ou emprestado; que utilizam o espaço público como abrigo eventualmente ou constantemente; homens e mulheres sem ou com frágeis vínculos familiares (de modo que nenhum parente aceite conviver com eles na mesma residência); que necessitam de assistência social ou ajuda de caridade para se alimentar, dormir e higienizar; que pernoitam em albergues, abrigos, hotéis, pensões, repúblicas ou casas de convivência; pessoas descomprometidas com os deveres do cidadão e desamparadas quanto aos seus direitos [3]; que, na rua, convivem com a indiferença, a discriminação e o desprezo; que conseguem passar despercebidas, mesmo estando bem visíveis [23].

2 O recorte do artigo é uma parte de um capítulo da tese de doutorado “Elas e nós: o jornalismo e as mulheres adultas em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro”, desenvolvida no PPGCOM/ECA-USP.

Para dar conta dos objetivos, utilizou-se como método entrevistas presenciais semiestruturadas, com três psicólogos e três profissionais da área de Direito, que atuam em instituições do município do Rio de Janeiro e que têm contato direto com a temática da população em situação de rua. Também foram utilizadas notícias jornalísticas extraídas dos jornais *online Extra* e *O Globo*, como forma de análise do ponto de vista jornalístico. Tais jornais foram citados pelos entrevistados como referências midiáticas locais. A Análise de Conteúdo proposta por Bardin [4] foi utilizada como referência pra construção de categorias conforme a transcrição das entrevistas.

## O QUE OS PROFISSIONAIS DIZEM SOBRE AS NOTÍCIAS

Rodrigo Acioli Moura é psicólogo, colaborador do Conselho Regional de Psicologia (CRP) e tem contato de trabalho com a população em situação de rua desde 2005. É assinante do jornal *O Globo*. Percebe uma associação direta entre os assuntos população em situação de rua e recolhimento (ou “acolhimento”, termo usado no discurso político) ou uso de *crack*. Rodrigo reflete que as notícias poderiam ampliar a discussão e não entregar uma “verdade” ao consumidor daquelas informações: “Eu acho que ela [a imprensa] erra quando a informação já chega de maneira que é uma forma de julgamento, eles já dão uma resposta fechada. Não existe a troca e a possibilidade da discussão” (informação verbal)[16].

O psicólogo considera razoável que a mídia transmita para as pessoas “um olhar mais humano, fazendo com que as pessoas não julguem se estão certas ou se estão erradas” (informação verbal) [16]. Ele sugere matérias jornalísticas com levantamento e compilações das leis de direitos da pessoa em situação de rua para que todos tenham conhecimento delas.

A psicóloga Julia Horta Nasser trabalha com população de rua desde 2005 e faz, regularmente, distribuição de comida para esse público juntamente com grupos religiosos. Ela acompanha as matérias sobre o público em estudo pelo *site G1*, do portal de notícias da *Globo* e acha que as notícias são sempre tendenciosas. Desde 2011, nota a divulgação de notícias sobre a epidemia do *crack* como justificativa para o recolhimento dessa população. Em relação à mídia e seu campo de atuação, opina enfática: “Eu acho que a mídia *a-tra-pa-lha*, por reforçar esse imaginário social de quem é o morador de rua” (informação verbal). Para ela, a imprensa precisa se empenhar em formar uma conscientização para a mudança dessa visão que a sociedade tem sobre a população em situação de rua e, para isso, é necessário, apenas, “contar a história verdadeira” (informação verbal) [17]. Além disso, a mídia poderia ajudar pautando temas como os horrores que acontecem no Abrigo de Paciência<sup>3</sup> e as “mães do *crack*”,

---

3 Trata-se do abrigo municipal Rio Acolhedor, mais conhecido como Abrigo de Paciência, que fica na Zona Oeste do Rio de Janeiro. É para lá que são levadas as pessoas que dormem em locais públicos e que são abordadas por agentes da Secretaria de Ordem Pública e/ou de Desenvolvimento Social. O local é alvo de várias denúncias do Ministério Público em relação à infestação de percevejo nos colchões, estruturas precárias, insalubridade, entre outras.

que perdem a guarda de seus filhos assim que dão à luz. Se fosse jornalista, falaria sobre as dificuldades de ser mãe e mulher na rua.

Virgínia Lima dos Santos Levy é psicóloga do Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas de Botafogo e tem contato com a população em situação de rua há quatro anos. Acompanha as notícias por internet (*G1*) e televisão. Relatou que assistiu a uma série sobre o *crack* do programa *Profissão Repórter*, da *Rede Globo*, que é dirigido pelo jornalista Caco Barcelos e desaprovou alguns episódios.

Durante a gravação do programa, a psicóloga conta que um de seus pacientes foi abordado na Cracolândia da Avenida Brasil pela equipe do *Profissão Repórter*. “E ele falou: ‘quem disse que eu uso *crack* só porque eu estou aqui?’. E isso não foi ao ar, ele chegou aqui contando” (informação verbal) [12]. Segundo Virgínia, nas mãos de um bom repórter, essa fala teria virado matéria: “O rapaz trouxe uma coisa super nova. Um bom profissional poderia ter olhado o que ele falou e dito: ‘opa, tem um negócio aqui diferente que eu não planejei, mas pode ter muita informação aqui que a gente nem imaginava” (informação verbal).

Apesar de desconhecer como funciona o processo de produção da notícia, a psicóloga deduz: “a minha impressão é que eles saem com um roteiro e aí eles buscam o que se encaixa naquela pauta. Talvez se eles tivessem só um tema e fossem recolher o que eles encontram do tema e, depois, montar com o que eles recolheram, talvez fosse mais rico” (informação verbal) [12].

Raphael Varotto Ferrari é formado em Direito e trabalha como escrivão da Polícia Civil. Seu contato com a população de rua acontece quando eles são conduzidos à delegacia pela Polícia Militar, pela Força Nacional ou pela Guarda Municipal. É leitor assíduo do jornal *O Globo*. Para ele, as notícias são tendenciosas e apresentam sempre o estereótipo de ter que remover essa população das ruas. O policial aponta outra contribuição que a mídia poderia fazer: acompanhar as políticas públicas. “Falando em relação ao *Globo*, que é o jornal que eu leio, por exemplo, não tem um controle do que é o orçamentário” (informação verbal) [6]. Se fosse jornalista, uma pauta que gostaria de abordar seria sobre a da falência dos órgãos que são criados para tratar desse público.

Renata Verônica Côrtes de Lira é advogada e, desde 2011, tem contato com a população em situação de rua por meio do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro – MEPCT/RJ. Ela não gosta do que lê e assume ser desfavorável com a linha editorial dos grandes veículos de imprensa em qualquer matéria relacionada a pessoas em situação de risco. “São relatos com esse caráter punitivo, com esse caráter de exclusão” (informação verbal) [13].

Nesse caso, segundo a advogada, o papel do jornalista é de suma importância: “Eu acho que a imprensa poderia, primeiro, procurar as pessoas, primeiro, conversar com as pessoas que trabalham efetivamente com o tema, entendeu?” (informação verbal) [13]. Ela critica, mesmo reconhecendo o tempo acelerado das rotinas de produção da notícia: “o jornalista, me desculpe dizer, ele sequer vai no *Google*. Ele quer tudo triturado. Falta trabalho de investigação, de averiguação, de aproximação” (informação verbal) [13].

Renata já foi entrevistada em função do seu trabalho com população de rua, mas poucas vezes gostou do resultado: “Não gosto porque as palavras são manipuladas”

(informação verbal)[13]. Se fosse jornalista, escreveria sobre a possibilidade de se viver na rua: “Demonstrar que existem pessoas que vivem, sim, na rua, que é possível viver na rua a partir do momento em que as pessoas não estigmatizam, não discriminem o modo de viver daquele outro” (informação verbal) [13].

Rogério Pacheco Alves é promotor de Justiça da 7ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa da Cidadania desde 2002. Passou a ter um olhar mais atento às notícias relacionadas à população de rua a partir de 2009, quando começaram a surgir os impactos do *Choque de Ordem*, operações de ordenamento urbano, comandada pela Secretaria de Ordem Pública. Assinante do jornal *O Globo*, também acompanha o *dipping* do *Dia*, do *Extra* e da *Folha de São Paulo*, que são os principais jornais que lançam notícias do Ministério Público. Em sua perspectiva: “A população de rua é um problema relatado sobre a ótica urbanística, de limpeza e de higienização, sob a ótica estética. Todas as matérias que falam sobre degradação de espaço público da cidade fazem menção, de alguma forma, a moradores de rua” (informação verbal) [1]. Segundo ele, é sempre o mais do mesmo: degradação dos espaços públicos, presença de população de rua, prática de crime, necessidade de solução da questão sob o viés criminal.

Especificamente sobre o que *O Globo* divulga, o promotor verifica que, no Rio de Janeiro, há um projeto de preparação da cidade para os grandes eventos, o que demanda reformas na rede de transporte, saúde, hoteleira, nos estádios.

Há um compromisso do governo federal, do Estado, do município, para a preparação da cidade para esses grandes eventos. Quer dizer, há uma parte da imprensa do Rio de Janeiro que apoia esse projeto de reestruturação da cidade. Até aí, ok, não há problema algum se a gente pensar na perspectiva de que isso será bom para a cidade e para a população. O que eu tenho percebido é que esse apoio de parte da imprensa a esse projeto por uma nova cidade do Rio de Janeiro é um apoio que vem sendo feito de forma um tanto quanto acrítica. Para que tenhamos uma cidade pronta para os grandes jogos, nós fechamos os olhos para graves violações dos direitos humanos. Isso acontece claramente no que diz respeito à população em situação de rua. Os jornais não têm um enfoque na violência que essas pessoas sofrem, na situação dos abrigos precários. As matérias são sempre relacionadas à necessidade de retirada dessas pessoas, mas sem um debate crítico e mais aprofundado sobre as demais políticas de saúde, educação, trabalho, renda, etc (informação verbal)[1].

Para o promotor, o jornalismo deveria olhar mais de perto se as políticas públicas funcionam ou não para esse segmento, “por exemplo, indo aos abrigos da prefeitura, investigando se há ou não políticas de trabalho e renda, de saúde” (informação verbal) [1].

## DO QUE FALAM AS NOTÍCIAS?

Após uma breve busca de termos relacionados à população de rua nos jornais *Extra* e *O Globo*, ambos na versão *online*, foi possível rastrear, rapidamente, os principais este-réotipos sobre a população de rua, conforme foi manifestado pelos profissionais entrevistados. O primeiro aspecto notado é a associação entre morar na rua e ser usuário de crack, como se pode observar na notícia: “Ordem Pública apreende 36 pedras de *crack*

no Aterro do Flamengo”:

RIO – Agentes da Secretaria Municipal de Ordem Pública (Seop) apreenderam, nesta terça-feira, 36 pedras de crack no Aterro do Flamengo, nas proximidades do Museu de Arte Moderna (MAM). De acordo com a polícia, a droga era utilizada por moradores de rua, que deixaram o local após a chegada da equipe de fiscalização. O material foi encaminhado para a 10ª DP (Botafogo) [11].

Outra característica mapeada é a associação entre viver nas ruas e praticar crimes, como mostra já o primeiro parágrafo da notícia: “Após operação, Lapa volta a ser tomada por moradores de rua”.

A região da Lapa e Avenida Chile, no Centro do Rio, voltou a ser tomada por moradores de rua e usuários de drogas na manhã desta terça-feira, mesmo após uma operação da prefeitura ter recolhido 53 dependentes químicos durante a madrugada. Durante a ação, 42 adultos e 11 menores foram encaminhados para a 5ª DP (Gomes Freire). No entanto, somente dois usuários ficaram presos, pois contra eles havia mandados de prisão” [2].

Mais adiante, no mesmo texto, o repórter conduz o leitor a entender que aquelas pessoas, possivelmente, cometiam assaltos: “Na manhã desta terça-feira, era possível ver grupos de pessoas em situação de rua na Lapa, ao lado da Escola de Música da UFRJ e na Rua Taylor, onde um deles mexia num smartphone. Na escadaria da Rua Visconde de Paranaguá, por onde, segundo relatos, bandidos costumam fugir após praticar assaltos em Santa Teresa, havia um pequeno acampamento de moradores de rua. Entretanto, a equipe de reportagem do Globo não flagrou nenhuma pessoa consumindo drogas no local” [2].

O título dessa outra reportagem do jornal *Extra* é autoexplicativo: “População de rua e aumento de 123% nos assaltos a pedestres preocupa no bairro Peixoto” [3].

As notícias também vinculam a degradação dos espaços públicos com a existência de pessoas dormindo nesses locais e consumindo drogas, conforme esta divulgada no jornal *O Globo*: “Moradores de rua acampam sem ser incomodados no Jardim de Alah”. O início da matéria já denota o preconceito: “A Praça Virgílio de Melo Franco, no Centro do Rio, está abandonada. Sem conservação, o local passou a ser ponto de parada de moradores de rua e usuários de crack, segundo o leitor Leno Oliveira. Ele fotografou a área, que está com lixo acumulado e grama seca” [10]. Importante mencionar que as fontes ouvidas para a reportagem foram: um leitor, a Comlurb (empresa de limpeza urbana da cidade do Rio de Janeiro) e a Secretaria de Desenvolvimento Social. Nenhum representante de Fórum, ONG ou movimento social da população em situação de rua teve “voz” nessa notícia.

## MINORIAS E PRÁTICA JORNALÍSTICA

Temer [22] indica que o jornalismo, na cidade, é um elemento fundamental para a organização social nas aglomerações urbanas e que ele tem um *locus* privilegiado:

a imprensa é “porta-voz” da modernidade, da democracia, do progresso e da cidadania, ao mesmo tempo em que a informação é transformada em mercadoria, com seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais. Seu principal agente, o jornalista, “percorre (desvenda) a cidade, entrando em contato com diferentes realidades e diferentes pessoas a cada dia, e a partir dessa convivência delimita espaços que serão ao mesmo tempo delimitados e reintegrados por meio da informação jornalística” [22].

Ao ser fabricada pelo jornalista, a notícia obedece a critérios que são mencionados no Código de Ética Jornalística, tais como objetividade, imparcialidade, verdade e precisão, o respeito à privacidade, independência em relação aos anunciantes etc. Porém, segundo Sodré [20], a imparcialidade, garantida pelo estatuto profissional do jornalista, é apenas uma presunção no relato jornalístico, tendo em vista que ele é uma “construção”, feita por uma subjetividade a partir de outros relatos, provindos das fontes.

Entretanto, um preceito básico do jornalismo é ouvir todas as versões dos fatos e apresentá-las para que o público julgue o que é verdade de acordo com sua opinião de mundo. As falas dos psicólogos e profissionais do Direito indicam que a mídia não apresenta aos consumidores de notícia a verdade dos fatos, por falta de escutar todos os lados da história. Dá-se “ouvidos” a dez moradores de Copacabana, incomodados com a presença de desabrigados em seu bairro, mas o repórter não se aproxima de nenhum sem-teto para questionar por qual motivo ele está em Copacabana. E a partir daí, fornecer informações sobre quais os serviços disponíveis para quem não tem onde morar e a qualidade desses serviços. Cremilda Medina apresenta uma explicação maior para isso: “O discurso cientificista da objetividade e da busca da verdade serve de frágil escudo para defender práticas jornalísticas reducionistas” [14].

Ao se mostrar parcial, o relato jornalístico deixa de cumprir a função fulcral de ser democrático. De acordo com Luiz Gonzaga Motta [15], é justamente por não apresentar a verdade que a mídia ainda não é um espaço público democrático em harmonia com os direitos e com o desenvolvimento humano:

Não há uma só verdade, seja ela científica, jornalística ou do senso comum. Todas as versões da verdade são relativas, nenhuma delas é absoluta. A verdade democrática só pode ser alcançada por meio do pluralismo de versões que precisam ser confrontadas e negociadas [15].

Os entrevistados neste trabalho sentem-se incomodados com a “falta de verdade”, quando verem notícias de desabrigados, notas e reportagens somente com viés policial. Diante disso, comprovamos a tese de Frazão [8]: os fatos narrados pela imprensa sobre as pessoas que vivem nas ruas estão restritos quase somente às páginas policiais, onde elas perdem a essência ontológica e são apresentadas com uma imagem negativa. Isso traz implicações maiores, como, por exemplo, a reprodução e a naturalização de associações dessas pessoas com práticas de crimes, uso de drogas ou degradação ambiental.

Essas implicações afetam não apenas as pessoas que vivem em situação de rua, mas também outras parcelas populacionais que, na sociedade, estão em menor escala quantitativa. Adriana Saraiva [19] inicia o artigo “Desafios da comunicação de

estatísticas públicas para o fortalecimento da cidadania das minorias” com os seguintes questionamentos: Qual cidade concentra o maior número de sem terra? Quantos moradores de rua existem no Centro do Rio? Existem ciganos em todas as regiões brasileiras? Qual estado possui maior número de comunidades remanescentes de quilombos?

A pesquisadora relata que tais perguntas foram enviadas à assessoria de imprensa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) após os resultados do Censo 2010, mas ficaram sem respostas, pois não existem essas informações sobre os referidos grupos sociais e étnicos nas pesquisas do Instituto. Duas consequências da falta de produção desses dados, segundo a autora, é a incapacidade dos governantes de propor políticas públicas adequadas para essas clientelas e a invisibilidade de assuntos midiáticos sobre elas.

Conforme Rozendo [18], embora não estejam nas manchetes dos telejornais ou nas capas dos impressos com regularidade, essas minorias não deixam de ser componentes da realidade social e tendem a ter destaques positivos apenas em mídias alternativas que, dentro do cenário burguês, disputam espaço com grandes veículos de comunicação. Baseada no pensamento de Gramsci, Adriana Saraiva complementa que na mídia hegemônica, as diferenças sociais são naturalizadas e descontextualizadas das determinantes históricas:

Pressupomos, nesse sentido, que o exercício da Cidadania está ligado à capacidade do IBGE representar e à possibilidade desses grupos serem representados pelas Estatísticas Públicas. A representação desses grupos sociais nas Estatísticas Públicas contribuiria para o fortalecimento da cidadania e do sentido de comunidade [19].

## O QUE FAZER? AS PERCEPÇÕES DOS PROFISSIONAIS

Os entrevistados para este artigo externaram descontentamento com o atual cenário midiático no que se refere a notícias relacionadas à população de rua. Os profissionais de Psicologia e de Direito, que lidam cotidianamente com esse público, não apenas discordaram, como indicaram ideias de como o jornalismo poderia fazer um melhor trabalho.

Algumas percepções fundamentais podem ser agrupadas em categorias e seguem abaixo descritas:

1. Existe uma Política Nacional para a População em Situação de Rua (nº 7.053/2009) que ainda não foi implementada no Rio de Janeiro. Os jornalistas deveriam mencionar isso em suas reportagens e cobrar um parecer dos governantes;
2. As notícias não devem generalizar. Nem todos os desabrigados são usuários de drogas e praticam crimes;
3. O repórter não deve fazer deduções com base no que observa de longe. Ele precisa se lembrar que é um formador de opinião e, sem um bom trabalho de apuração, pode formar opiniões equivocadas. É necessário ouvir quem está em contato direto com esse público e não apenas fontes oficiais do município ou moradores



incomodados com a presença de sem-teto próximos de suas casas. Independentemente do tempo para publicação, estudar o assunto antes de divulgar também é primordial;

4. Um espaço midiático maior deveria ser dado à mulher em situação de rua, que tem suas peculiaridades e está mais vulnerável a violências. Muitas perdem a guarda dos filhos por não terem uma casa para morar, nem um parente ou amigo que possa acolhê-las;
5. Sair da redação com uma pauta é fundamental, mas o profissional da imprensa não deve se prender a isso. Se ele encontrar uma pessoa que não é usuária de drogas no meio de centenas de usuárias, ele acaba de encontrar uma notícia muito importante e interessante;
6. A vida nas ruas é possível, levando-se em conta que as pessoas têm o direito à cidade e ao de livre circulação. Naturalizar isso, em vez de sempre “bater na tecla” de retirar as pessoas dos espaços públicos deveria ser mais relevante, tendo em vista que essa é uma realidade histórica;
7. Ao se noticiar sobre a prática do recolhimento das pessoas – e, muitas vezes, isso ocorre de forma coercitiva – a apuração deveria ir além e acompanhar por que, como e para onde essas pessoas são levadas, investigar quais as condições desses locais e quais serviços, de fato, são oferecidos;
8. As violações dos direitos humanos deveriam ser mencionadas em constatações de irregularidades nas abordagens, nos abrigos ou locais de passagem. Expor os problemas na mídia e acompanhar as resoluções do poder público é uma forma excelente de pressionar e gerar melhorias;
9. Divulgar, de forma inteligível, quais serviços de saúde, trabalho, educação, alimentação e higiene são oferecidos à população de rua, das esferas municipais, religiosas ou da sociedade civil, pode auxiliar tanto quem vive nas ruas e tem contato com a notícia, quanto quem não vive nas ruas, mas deseja repassar essas informações a alguém que precisa;
10. A população de rua não deve ser retratada como um problema urbanístico, mas, sim, fruto de desestruturas sociais. Com esse viés, pode-se ajudar a diminuir os estereótipos de quem não tem onde morar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Jornalismo, Direito e Psicologia são profissões que apresentam muitas diferenças, mas também contabilizam grandes semelhanças. Tanto o Jornalismo quanto o Direito são fundamentais para a dinâmica social, tanto o jornalista quanto o psicólogo trabalham ouvindo pessoas e conhecendo situações. Para qualquer uma dessas ocupações, o aprofundamento na realidade da população de rua, e de todas as outras minorias, é fundamental para a compreensão mais exata da vida dessas pessoas.

Verificou-se que o olhar dos profissionais que lidam cotidianamente com a população de rua na cidade do Rio de Janeiro diverge daqueles estereótipos pejorativos difundidos pela mídia. Nota-se, então, que alguns jornalistas, principalmente aqueles

que trabalham nos grandes meios de comunicação, mantêm-se afastados desta população, protegidos atrás de um fosso psicossocial materializado na distância entre as lentes das câmeras ou bloquinhos de papel e as pessoas que dormem em vias públicas.

Um caminho possível para alterar essa realidade é indicado por Medina [14]: “Há uma demanda reprimida pela democratização das vozes que se fazem representar na mídia. Torna-se necessário mergulhar no protagonismo anônimo”. Para tanto, o profissional da imprensa precisa superar a superficialidade das situações, ouvir além das fontes oficiais e romper com as rotinas industriais de produzir notícias.

Outra alternativa que deve ser trabalhada em conjunto com quem já está no mercado jornalístico é investir na formação de novos acadêmicos das áreas de Jornalismo e Comunicação desde seu ingresso no primeiro ano de faculdade. Os docentes devem incentivar seus alunos a terem um olhar diferenciado e respeitoso com os grupos minoritários existentes em nossa sociedade e serem cautelosos na hora de produzirem notícias. Desse modo, os novos jornalistas estarão preparados para não rotularem um grupo social inteiro mediante um fato ou situação peculiar.

## REFERÊNCIAS

- [1] ALVES, R.P. [10 jan. 2014]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida à autora.
- [2] AMORIM, B.; BARROS, L. **Após operação, Lapa volta a ser tomada por moradores de rua**, 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/apos-operacao-lapa-volta-ser-tomada-por-moradores-de-rua-10950167#ixzz3gUV4tcCJ>>. Acesso em: 8 fev. 2016.
- [3] AMORIM, B.; NASCIMENTO, R. **População de rua e aumento de 123% de assaltos a pedestres preocupa no bairro Peixoto**, 2014. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/rio/populacao-de-rua-aumento-de-123-nos-assaltos-pedestres-preocupa-no-bairro-peixoto-13899739.html>>. Acesso em: 8 fev. 2016.
- [4] BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1970.
- [5] COSTA, J. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- [6] FERRARI, R.V. [30 dez.2013]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida à autora.
- [7] FRANGELLA, S. **Corpos Urbanos Errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo**. 1ª edição. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2009.
- [8] FRAZÃO, T.C.J. **O morador de rua e a invisibilidade do sujeito no discurso jornalístico**. 2010. (Tese Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade de Brasília. Brasília, 2010.
- [9] FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. Censo da População em Situação de Rua da Cidade de São Paulo, 2015. Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia\\_social/observatorio\\_social/2015/censo/FIPE\\_smads\\_CENSO\\_2015\\_coletiva-final.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/observatorio_social/2015/censo/FIPE_smads_CENSO_2015_coletiva-final.pdf)>. Acesso em: 9 fev. 2016
- [10] GLOBO, O; OLIVEIRA, L. **Praça no Centro do Rio está suja e ocupada**

- por moradores de rua**, 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/eu-reporter/praca-no-centro-do-rio-esta-suja-ocupada-por-moradores-de-rua-12129250#ixzz3gUTvd5m7>>. Acesso em: 8 fev. 2016.
- [11] GLOBO, O. **Ordem Pública Apreende 36 pedras de crack no Aterro do Flamengo**, 201-. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/ordem-publica-apreende-36-pedras-de-crack-no-aterro-do-flamengo-13096815>>. Acesso em: 8 fev. 2016.
- [12] LEVY, V. L. dos S. [13 jan. 2014]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida à autora.
- [13] LIRA, R.V.C.de. [12 fev. 2014]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida à autora.
- [14] MEDINA, C. "A arte de tecer o presente", *In: Narrativa e cotidiano*. São Paulo: Summus, 2003.
- [15] MOTTA, L.G. "Crítica da mídia: da resistência civil ao desenvolvimento humano". *In: CHRISTOFOLETTI, R.; MOTTA, L.G.(orgs.). Observatórios de mídia: olhares da cidadania*. São Paulo: Paulus, 2008.
- [16] MOURA, R.A. [10 dez.2013]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida à autora.
- [17] NASSER, J.H. [10 dez.2013]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida à autora.
- [18] ROZENDO, S. "Comunicação e minorias: algumas questões a serem consideradas". *In: Extraprensa (USP)*. N. 10. Jun. 2012. DOI: 10.5841/extraprensa.viiio.315.
- [19] SARAIVA, A.G. "Desafios da comunicação de estatísticas públicas para o fortalecimento da cidadania das minorias". *In: Comun. & Inf.*, Goiânia, GO, v. 18, n. 1, p. 174-191, jan./jun. 2015 Caderno Casadinho Procad UFG – UFRJ. DOI: 10.5216/36116.
- [20] SODRÉ, M. **A narração do fato**: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: RJ, Vozes, 2009.
- [21] STOFFELS, M-G. **Os mendigos na cidade de São Paulo** – ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- [22] TEMER, A.C.R.P. "O jornalismo e a cidade: vínculos e desafios". *In: PAIVA, R.; TUZZO, S.(orgs.). Comunidade, mídia e cidade: possibilidades comunitárias na cidade hoje*. Goiânia: FIC, UFG, 2014.
- [23] TIENE, I. **Mulher moradora na rua**: entre vivências e políticas sociais. Campinas: Editora Alínea, 2004.

**SUZANA ROZENDO BORTOLI** jornalista e pesquisadora sobre população de rua desde 2008. Formada em Jornalismo pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, mestre em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (ECA-USP) – e-mail: [suzanarozendo@usp.br](mailto:suzanarozendo@usp.br).